



SINDPD-DF

Filiado à CUT e à FENADADOS



FISL15

15º Fórum Internacional
SOFTWARE LIVRE

A tecnologia que liberta

INTERNET É PRIORIDADE PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MANIFESTO PARA A SUSTENTABILIDADE NA EMERGÊNCIA DA INTERNET*

Trabalhadores e profissionais protagonistas de um novo mundo sustentável

Quando a Rio 92 foi realizada, a emergência da Internet era um fenômeno nascente e muito restrito, impossibilitando que os “especialistas” vislumbrassem o potencial para a mudança de paradigma tecnológico da produção material e simbólica e a rapidez com que esse processo de mudança iria se desenvolver. Naquele momento, a Agenda 21 em debate – e depois adotada – não dava à Internet um estado similar aos outros elementos naturais e artificiais nos quais se procurava capturar toda a complexidade do desenvolvimento sustentável.

A nova geografia da globalização – a geografia do meio técnico-científico-informacional – era desconhecida pela maioria desses especialistas. Isso impôs grandes limitações às suas análises e restringiu a potência da Agenda 21, que não conseguiu orientar os esforços mundiais na promoção mais estratégica do desenvolvimento sustentável, isto é, o controle do processo de construção e governo do meio técnico-científico-informacional. Esse processo goza de total autonomia em relação aos estados e às sociedades nacionais e é a causa maior de propagação de uma imensidão de problemas no ambiente “globalizado” e do enfraquecimento das respostas locais para esses problemas.

Ainda que o meio técnico-científico-informacional tenha antecedido à emergência da Internet e englobe a totalidade do ambiente natural – obviamente, neste incluído o social –, a Internet é a cartografia unitária dessa geografia e, principalmente, a sua representação única e exclusiva, através da qual essa geografia pode ser descrita, ampliada, ocupada e dominada. O surgimento da Internet é, portanto, além de uma cartografia descritiva, a aparelhagem sensorial exclusiva para a nossa inclusão no meio técnico-científico

-informacional, que já encapsulou os processos planetários. Estar excluído (não participar da Internet) significa estar excluído desse meio técnico-científico-informacional e estar em uma condição de “perdidos no espaço”.

Em todo o mundo, os cidadãos estão perplexos e divididos entre a confiança cega nessa realização assombrosa e o ceticismo sobre o controle dessa técnica, cuja compreensão é inacessível para a maioria. Por outro lado, o debate sobre a governança democrática da Internet está sendo sobrepujado pela exigência de militarização da Internet, conformada pela mídia e por governos alinhados no seu profascismo, explorando as circunstâncias de um crescimento explosivo e descontrolado para granjear apoio para as teses reacionárias, excludentes e incompatíveis com o desenvolvimento sustentável. As corporações são a matriz da ideologia justificadora. Os negócios prosperam, mas extensas consequências se acumulam e seus “frutos” e impactos exacerbam assimetrias em escala planetária.

Essa situação torna urgente garantir aos trabalhadores e profissionais de TI e de TICs – capazes de entender “realisticamente” o legado e intuir sobre o desenvolvimento projetado – um papel protagonista nesse debate e na governança necessária de TI e de TICs para instituir instrumentos que, uma vez controlados adequadamente, possibilitem o governo da Internet.

No Brasil, há três décadas luta-se pelo reconhecimento das respectivas profissões e sua certificação pública por conselhos integrados por esses trabalhadores e profissionais, objetivando o controle social efetivo dos aspectos técnicos e éticos das atividades dos trabalhadores, dos profissionais e

das empresas e a construção e execução de políticas “cidadãs” de desenvolvimento sustentável para TI, TICs e Internet.

Não se trata de uma solução particular brasileira, mas da solução necessária para construir o governo democrático de TI, de TICs e da Internet. Solução idêntica deve ser adotada por todos os países, sendo mais urgente nos países com menos acúmulo técnico e com menor capacidade econômica para estancar a sua exclusão e alcançar benefícios efetivos para o seu desenvolvimento. Essa é a convicção de muitos trabalhadores e profissionais brasileiros que também trabalham com a perspectiva de recuperar o IGF (Fórum Governamental da Internet), a ONU (Organização das Nações Unidas), como polo democrático limitador do monopólio do ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers), e o Departamento de Comércio dos EUA.

Construir esse protagonismo dos trabalhadores e profissionais de TI, de TICs e da Internet nos diversos países e projetar esse poder internacionalmente completa a Agenda 21, sendo elemento obrigatório para o desenvolvimento sustentável necessário no Século XXI.

Informe-se, apoie e participe dessa luta para garantir que TI, TICs e Internet se transformem em bens comuns destinados ao desenvolvimento dos países e de toda a sociedade humana.

No Brasil, ações para a Regulamentação das Profissões de TI e de TICs são prioritárias para o SINDPD-DF e a FENADADOS, principais organizações sindicais brasileiras desse setor econômico e que são orgânicas à Central Única dos Trabalhadores, a mais importante central sindical do país.

* Este manifesto foi lançado em 2012 pela FENADADOS na Cúpula dos Povos da Rio+20, no Rio de Janeiro

A MERCANTILIZAÇÃO E MILITARIZAÇÃO AVANÇAM, ENTÃO PRECISAMOS CONSTRUIR O GOVERNO DEMOCRÁTICO DA INTERNET, PRESERVANDO A SOBERANIA DOS PAÍSES E OS DIREITOS DE SEUS CIDADÃOS

O "MANIFESTO PARA A SUSTENTABILIDADE NA EMERGÊNCIA DA INTERNET" introduz uma análise que não se limita a relacionar os impactos no estado das relações humanas, culturais, sociais e políticas mediadas pela Internet, mas, vai além, pois esclarece que a Internet é primordialmente o "aparelho político" – comando, compartilhamento, controle, coordenação – da Globalização sob a hegemonia americana, redefinindo, limitando e anulando a soberania dos países. Essas restrições das soberanias dos países – todos os países, como Snowden denunciou – se dá em função das assimetrias nos respectivos desenvolvimento nacional e desenvolvimento da Internet de cada país.

É consistente falar de Internet de determinado país, porque a própria "cultura da In-

ternet" faz essa distinção e opera com essa distinção. E desenvolvimento da Internet do país, que considerando a realidade da maioria dos países deve ser entendido literalmente como CONSTRUÇÃO DA INTERNET DO PAÍS com soberania, isto é, com ampla autonomia – econômica, cultural, institucional, política – é o ponto de partida para a construção de um GOVERNO MUNDIAL DEMOCRÁTICO DA INTERNET.

O Governo Mundial Democrático da In-

ternet é essencial para a CONSTRUÇÃO DE UMA "NOVA" INTERNET SEM TUTELA, INTERNACIONAL, IGUALITÁRIA E DESENVOLVIDA – COM PERSPECTIVA HUMANA, pois é impossível pensar que a Internet americana – projeto e "governança" do ICANN –, como está implantada, não se consolide cada vez mais como um elemento de conquista e dominação dos países líderes da "Globalização" – "desenvolvidos" – sobre a imensa maioria de países "não desenvolvidos".

AGENDA NO FISL15

Palestra: INTERNET – PRIORIDADE DOS GOVERNOS NACIONAIS

Dia: 09/05/2014

Horário: 12h (meio-dia)

Sala: 41E

Palestrante: Carlos Alberto Jacques de Castro – Assessor de TI da FENADADOS

SINDPD-DF E ASL: CONVÊNIO HISTÓRICO RELANÇA PSL-DF E A COMUNIDADE DO SOFTWARE LIVRE DO DF

Precedido pelo movimento das APPDs, o SINDPD-DF completa, em 2014, 28 anos de luta para alcançar o que pode ser definido como PROTAGONISMO SINDICAL DOS TRABALHADORES/PROFISSIONAIS. Isso pode ser explicado como consciência e potência do conjunto desses trabalhadores/profissionais para intervir efetivamente no desenvolvimento dos segmentos de TI, de TICS e da Internet no Brasil.

É uma luta muito difícil, porque o contexto político específico desse macrossetor no Brasil e no mundo é muito adverso para o trabalho. É a "ponta" e, conseqüentemente, a área mais dinâmica e superlativamente lucrativa do segmento de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, no qual o capital se mostra mais resistente e obstinado a não permitir qualquer protagonismo para o trabalho.

Nesse cenário, o Software Livre é a oportunidade sempre renovada para trabalha-

dores/profissionais, com qualidade técnica, competência profissional, consciência política e comprometidos com o nosso desenvolvimento, realizarem e construir instrumentos importantes de crescimento econômico e de desenvolvimento político. O SINDPD-DF e a ASL têm essa compreensão e, sabedores de que o espaço do Distrito Federal é estratégico para o avanço do Projeto Software Livre – Brasil, estão relançando o Projeto Software Livre – DF.

O Projeto Software Livre -DF tem como objetivo imediato estruturar a comunidade geral de SL do Distrito Federal e mobilizar as seções locais das comunidades brasileiras de SL para promover o desenvolvimento das suas atividades próprias e para efetivar ações e projetos comuns. O caráter estratégico do PSL-DF tanto é dado por um aspecto negativo – dispersão e desarticulação do Comitê de SL do Governo Eletrônico –, como pelo aspecto positivo de Brasília concentrar

trabalhadores/profissionais do SL com grande acúmulo técnico e profissional.

Para alguns pode surpreender um sindicato – SINDPD-DF – organizar e sustentar política e administrativamente uma ação – PSL-DF – voltada para trabalhadores/profissionais autônomos – hackers, especialmente –, mas os nossos sindicatos – SINDPDs – e a própria FENADADOS têm sua história vinculada à organização de todos os trabalhadores, independentemente da forma como se dá sua relação de trabalho e sua relação trabalhista.

Coerente com isso: PSL-DF É AÇÃO SINDICAL PARA FORTALECER O PROTAGONISMO DO TRABALHO DOS HACKERS NO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO.

